



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5704**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ademar de Barros Bicalho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Maria Helena de Quadros Lopes

**Data:** 08/10/2002

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2002. (NÃO VOTADO). Obriga aos hospitais do município, credenciados ao Sistema Único de Saúde – SUS a inserirem profissionais da área de saúde, com nível superior, em suas recepções, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.1    **Posição:** 69    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado; não votado  
A: 26.1  
Ordem: 69  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.002

AUTOR:

VEREADORA – MARIA HELENA DE Q. LOPES

ASSUNTO:

Obriga aos hospitais do Município credenciados ao Sistema Único  
de Saúde a inserirem profissionais da área de saúde nível superior em suas  
recepções e dá outras providências.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 08/10/2.002
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Gabinete: Vereadora - Maria Helena Lopes*

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2002**

**"OBRIGA AOS HOSPITAIS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS CREDENCIADO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE A INSERIREM PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÍVEL SUPERIOR EM SUAS RECEPÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Montes Claros (MG), sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Ficam os hospitais credenciados ao Sistema Único de Saúde, obrigados a colocarem profissionais da área de saúde ( Médicos e ou acadêmicos ), para fazerem a triagem qualificando urgência e emergência.

**& 1º** - A inclusão dos acadêmicos no projeto de que trata o caput deste artigo, constituirá fator primordial, para agilizar o atendimento em casos de emergências nos Prontos Socorros dos hospitais do Município de Montes Claros credenciados ao SUS.

**& 2º** - A fiscalização de que trata o "Caput" deste artigo dar-se-a via Secretaria Municipal de Saúde para completa efetivação da obrigatoriedade.

**Art. 2º** - Compete ao Poder Executivo Municipal regulamentar as penalidades de que trata esta lei, no prazo de 90 dias, após a sua publicação;

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, 01 de Outubro de 2002

MARIA HELENA DE QUADROS LOPES

**Vereadora**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 09 DE OUTUBRO DE 2002  
PRESIDENTE

E LEGAL







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2002 QUE “ Obriga aos hospitais do Município credenciados ao Sistema Único de Saúde a inserirem profissionais da área de saúde nível superior em suas recepções e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora Maria Helena de Q. Lopes.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A proposição em apreço institui que, os hospitais credenciados ao SUS ficarão obrigados a inserirem profissionais da área de saúde, médicos e ou acadêmicos, para realizarem a triagem: urgência e emergência.

Conforme o § 1º do referido projeto, **a inclusão dos acadêmicos constituirá fator primordial** para agilizar o atendimento em casos de emergências, nos Prontos Socorros dos hospitais do Município.

A um, o projeto em epígrafe generaliza ao estipular que os **hospitais credenciados ao SUS serão obrigados a tomarem tal iniciativa**, acontece que, existe Hospital no Município que é da seara do Estado.

Existe, portanto, invasão no campo da *competência legislativa* uma vez que, cada ente federativo recebeu do Texto Magno competência própria, no caso, o Município possui aquelas ditas privativas que se encontram arroladas no art.30 da Constituição Federal.

A dois, no tocante a inclusão dos acadêmicos no projeto, exalta-se, colacionando-se Genival Veloso de França, Medicina Legal:

**“Prática ilegal por estudante de Medicina: Presume-se que o estudante, ao realizar suas tarefas num hospital, esteja sempre sob a orientação de um médico. Em qualquer ato de negligência, imprudência ou imperícia decorrente do estagiário, configura-se a negligência do superior hierárquico, ou da própria instituição. É a doutrina do “superior responsável.”**

*g231er*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Com fulcro no Código de Ética do Estudante de Medicina, em seus princípios fundamentais:

- I- Ao estudante de medicina, cabe colaborar, dentro de suas possibilidades, nas propostas de promoção de saúde, na prevenção da doença e na reabilitação dos doentes.

Ainda, de acordo com os Deveres e Limitações:

II- É vedado ao estudante de Medicina:

- a) prestar assistência médica sob sua responsabilidade, salvo em caso de iminente perigo de vida.

Ademais, o art.187, IV, da LOM, é taxativo:

Art.187- .....

IV- a instalação de quaisquer novos serviços públicos de saúde deverá ser discutida e aprovada no Âmbito do SUS e do Conselho Municipal de Saúde, levando-se em consideração a demanda, cobertura, distribuição geográfica, grau de complexidade e articulação do sistema.

*Ex positis*, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Inconstitucional** e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **Illegal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 26 de novembro de 2002.

  
**Gabriela Regina Abreu**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/ MG 81.617**